

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE EDITAL

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de equipamentos com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”, conforme bases, condições e especificações deste Edital e seus anexos.

IMPORTANTE

- **Abertura das propostas:** 20 / 06 / 2016, às 09 : 00 h.
- **Início da Disputa de Preços:** 20 / 06 / 2016, às 10 : 00 h.
- **Formalização de Consultas:**
 - **e-mail:** licitacoes@spturis.com
 - **fores:** (11) 2226-0496 / 2226-0683 / 0494
 - **endereço:** Comissão Permanente de Licitações / Gerência de Compras e Contratos – Sede Administrativa – Av. Olavo Fontoura, 1209 – Portão 35 – Parque Anhembi – Santana – São Paulo – SP – CEP 02012-021
 - **Referência de Tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
 - **Sistema operacional utilizado:** LICITAÇÕES-E do Portal do Banco do Brasil - (www.licitacoes-e.com.br)
 - **Horário de ENTREGA de documentos e proposta:** 09:00h às 18:00h
 - **Local de entrega:** SETOR DE PROTOCOLO (ao lado da Recepção da Sede Administrativa)
Atenção: a proposta e documentos de habilitação não serão recebidos diretamente pela Comissão Permanente de Licitações, e em horários diferentes do informado acima.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

ANEXOS DESTE EDITAL

- **ANEXO I** – Termo de Referência
- **ANEXO II** – Documentação para Habilitação
- **ANEXO III** – Modelo de Declaração de Inexistência de Menor
 - **ANEXO III – A** – Modelo de Declaração ME/EPP
 - **ANEXO III – B** – Modelo de Declaração ref. ao item 1.2.5 do Anexo II deste Edital
 - **ANEXO III – C** – Modelo de Declaração ref. ao item 1.2.7 do Anexo II deste Edital
 - **ANEXO III – D** – Modelo de Declaração ref. ao item 1.2.5.1 do Anexo II deste Edital
 - **ANEXO III – E** – Modelo de Proposta e Declaração de atendimento aos requisitos de formulação de proposta
- **ANEXO IV** – Autorização de Serviços (condições contratuais)

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

1) A SÃO PAULO TURISMO S.A., por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, com a devida autorização da Diretoria Administrativa Financeira e de Relação com Investidores, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com as Leis federais 10.520/02, 8.666/93 e alterações, Leis complementares 123/06 e 147/14, Lei municipal 13.278/02 e Decretos Municipais 43.406/03, 44.279/03, 54.102/13, 54.829/14 e 56.475/15, com o Regulamento de Compras e Licitações da São Paulo Turismo S.A., e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na forma abaixo:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2) O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O Sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET.

3) Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da São Paulo Turismo S.A., mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica www.licitacoes-e.com.br.

OBJETO

4) A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de equipamentos com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”, conforme bases, condições e especificações deste Edital e seus anexos.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

5) Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderão solicitar os esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, dentro do prazo legal, preferencialmente pelo e-mail licitacoes@spturis.com. Os esclarecimentos serão estendidos a todos os licitantes

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

adquirentes do Edital através da opção “mensagens”, dentro do site www.licitacoes-e.com.br.

5.1) Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o interessado (potencial licitante) que não o fizer até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2) Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

5.3) Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail licitacoes@spturis.com. Os questionamentos enviados fora desse prazo poderão não ser respondidos.

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

6) Os interessados deverão observar a data e o horário limite previsto para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto na página 01 deste Edital.

REFERÊNCIA DE TEMPO

7) Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

8) Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados qualificados como microempresas e empresas de pequeno porte e que atenderem a todas as exigências deste Edital e Anexos, nos termos do art. 7º do Decreto Municipal 56.475/15.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

9) Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

I - Sejam declarados inidôneos para licitar por qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

II - Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

III - Tenha(m) como sócio (s) servidor (es) ou dirigente (s) de qualquer esfera governamental da Administração Municipal de São Paulo;

IV - Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal de São Paulo;

V - Estejam sob falência, dissolução ou liquidação.

REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

10) O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o processo licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração e pela Gerência Jurídica;
- c) conduzir a sessão pública na internet;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) receber e examinar os recursos administrativos com apoio da Gerência Jurídica e da área técnica responsável pela elaboração do termo de referência, encaminhando à autoridade competente para decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- j) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

11) Para acesso ao Sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão fazer o seu pré-cadastramento junto ao Banco do Brasil. Para fazer o pré-cadastramento o interessado deve dirigir-se a uma agência do Banco do Brasil - provedor do Sistema Eletrônico de Compras Licitações-E - e preencher os formulários próprios.

11.1) Os licitantes interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “licitacoes-e”.

11.2) Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

11.3) A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico dentro do Portal “LICITAÇÕES-E”, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco.

11.4) É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à São Paulo Turismo S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

11.5) É vedado o credenciamento de um mesmo representante para duas ou mais empresas.

12) O credenciamento da empresa e de seu representante legal junto ao Sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

13) A participação no Pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço em data e horários previstos, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico.

13.1) O encaminhamento de proposta pressupõe **o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

14) A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

15) Caberá ao licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão e até a sua homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

16) Os licitantes deverão inserir suas propostas iniciais dentro do Sistema, observando a data e o horário limites para a “Abertura das Propostas”.

16.1) Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, que **cumprimenta plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, conforme art. 21, § 2º do Decreto nº 5.450/05.**

16.2) O licitante tem que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte e declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC 123/2006, como condição de participação.

16.2.1) O licitante que não se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte ou que, estando nessas condições, não o declarar no campo próprio, não poderá encaminhar propostas, sob pena de aplicação de penalidades cabíveis.

16.3) A declaração **falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às **penalidades** previstas neste Edital e na Legislação pertinente, sem prejuízo da adoção das medidas penais cabíveis.

16.4) Não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17) O licitante deverá informar no campo “Informações Adicionais” do Formulário Eletrônico da Proposta (tal formulário é disponibilizado para os fornecedores quando efetuam o “acesso identificado” no site www.licitacoes-e.com.br), **que atende plenamente as**

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

especificações dos serviços, de acordo com o Edital. A falta dessa informação não acarretará a desclassificação da licitante, visto que a inserção de proposta no Sistema eletrônico do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br) indica que a licitante está ciente destas condições, não podendo alegar desconhecimento das informações contidas no Edital e de seus deveres, em nenhuma hipótese.

17.1) O licitante poderá ratificar as informações constantes do campo “**Informações Adicionais**” do Formulário Eletrônico da Proposta, anexando arquivo em formato texto na opção “Anexos da Proposta” com todas as especificações e preços unitários propostos. Não é obrigatório anexar proposta para este Pregão Eletrônico.

17.2) É VEDADA A INCLUSÃO DE QUALQUER IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE NA PROPOSTA EVENTUALMENTE ANEXADA AO SISTEMA ‘licitacoes-e’. Caso o Pregoeiro verifique alguma identificação, tanto nas ‘informações adicionais’ quanto na eventual proposta anexada, a licitante será DESCLASSIFICADA.

18) A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

19) A partir do horário previsto no Sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

20) O Pregoeiro poderá desclassificar, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital, bem como as que ofertarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, ressalvado o exposto nos itens 67 e 68 deste edital.

21) Após a fase de “Classificação das Propostas”, o Pregoeiro dará seqüência ao processo de Pregão, passando para a fase da “Sessão Pública”, da qual só poderão

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

participar os licitantes que tiveram suas propostas classificadas.

22) Na etapa competitiva, que será aberta com o menor preço ofertado na fase de inserção de propostas, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao Sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

22.1) O Sistema eletrônico aceita e registra lances cujos valores forem inferiores ao último lance do próprio licitante ou de seus concorrentes.

22.2) Não serão aceitos pelo Sistema dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

23) Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, o valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances ao Pregoeiro e aos demais licitantes.

24) O encerramento da etapa normal de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, sobre o início do modo randômico.

24.1) O tempo randômico é gerado pelo Sistema, não sendo possível ao Pregoeiro, ou a qualquer outra pessoa, sua administração.

24.2) Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o Sistema eletrônico encaminhará aviso de encerramento do modo normal da disputa, após o que transcorrerá período de tempo randômico (aleatório), que pode variar de 1 segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de disputa de lances.

25) Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexecutáveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo pregoeiro através do Sistema. Na tela será emitido um aviso e na seqüência o Pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos licitantes.

26) O Sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

27) No caso de não haver lances na “Sessão Pública”, serão considerados os valores obtidos na etapa de “Abertura das Propostas”.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

28) **Após o encerramento da fase de lances**, a licitante classificada em primeiro lugar **deverá encaminhar, imediatamente (em até 02 horas após a convocação)**, através de fax ou e-mail, a planilha com a especificação do objeto e com os preços unitários e totais de cada item que componham o grupo (lote) arrematado (*vide “Forma de apresentação da Proposta”*), bem como todos os documentos de habilitação elencados no Anexo II deste Edital, e quando for o caso, os documentos que estejam solicitados no Anexo I, sob pena de desclassificação da licitante, além das demais penalidades previstas neste Edital.

29) Ao licitante classificado em primeiro lugar caberá a apresentação, **pessoalmente** (ou entregue por portador / correios), da referida Proposta detalhada (*na forma indicada no item “Forma de apresentação da Proposta”*) e os documentos listados no Anexo II deste Edital (além dos documentos e amostras que eventualmente estejam solicitados no Anexo I), em **originais ou fotocópias autenticadas por Tabelião** ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial (*Diário Oficial*) ou por membro da Comissão Permanente de Licitações (CPL) da SÃO PAULO TURISMO S.A (nesse caso, o interessado deverá fazer contato com a CPL, que procederá a

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

autenticação dos documentos, e devolvê-lo ao licitante, que deverá protocolar o envelope no SETOR DE PROTOCOLO da SPTURIS (ao lado da Recepção da Sede Administrativa). A proposta e os documentos deverão chegar no endereço constante do preâmbulo deste Edital, SETOR DE PROTOCOLO, **no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis posteriores à data do encerramento da Sessão Pública do Pregão**, sob pena de desclassificação da licitante, além das demais penalidades previstas neste Edital. O SETOR DE PROTOCOLO procederá o recebimento, com carimbo contendo data, horário e nome do responsável pelo recebimento.

30) O Pregoeiro poderá solicitar no **chat de mensagens aberto no Sistema, desde o encerramento da disputa até a efetiva homologação do processo licitatório**, a documentação das demais licitantes classificadas, obedecendo a ordem de classificação, para garantir a aquisição do objeto dentro das exigências do Edital. As empresas convocadas que não apresentarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital, ficando de inteira responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das mensagens e dos resultados naquele Sistema até a homologação do certame.

30.1) O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

31) No pressuposto de que todos os licitantes estejam obrigatoriamente habilitados para a disputa do certame, o Pregoeiro poderá, a seu critério, dispensar a apresentação da documentação através de fax/email, solicitando o envio da documentação que integrará, definitivamente, o processo (cópias autenticadas por Tabelião ou em original), ao licitante vencedor do grupo (lote), assim como aos demais convocados.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

32) Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

33) A autoridade competente da São Paulo Turismo S.A., observando-se o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas neste Edital.

34) Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada VENCEDORA e, transcorridas as fases e os prazos legais, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

35) O acompanhamento dos resultados, mensagens do pregoeiro, recursos e atas pertinentes a este edital DEVERÃO ser consultados no Sistema LICITAÇÕES-E (www.licitacoes-e.com.br).

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PELO LICITANTE CONVOCADO

36) O licitante vencedor da disputa e todos os demais que forem convocados pelo Pregoeiro através do Sistema eletrônico, deverão apresentar **a proposta DETALHADA e os documentos exigidos nos Anexos I e II do Edital, conforme estabelecido nos itens 28 e 29**, devendo ser endereçados à Comissão Permanente de Licitações da SÃO PAULO TURISMO S.A., A/C. Pregoeiro, apresentando proposta e declarações que devem ser emitidas pelo licitante, em papel timbrado, constando ainda os dados da empresa, endereço completo, telefone para contato, fax, e-mail, data, nome do responsável legal e assinatura deste. Os documentos e proposta deverão ser protocolados no SETOR DE PROTOCOLO da SPTURIS (ao lado da recepção da Sede Administrativa).

37) A proposta a ser entregue pelo licitante vencedor e demais convocados, deve ser **detalhada**, segundo o modelo do ANEXO III-E, em original, em papel timbrado da licitante, com impressão em uma só das faces de cada folha, sem rasuras, devidamente datada e assinada, com a respectiva identificação e indicação do cargo de quem a assina, constando:

- a) O nome da empresa, razão ou denominação social, endereço completo, contendo o nº do CNPJ;

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

b) A especificação dos serviços e/ou materiais ofertados, observando as especificações e condições elencadas no **ANEXO I** do presente Edital e demais informações que a licitante julgar necessárias, bem como a marca ofertada quando o Edital assim o exigir;

c) os valores da **proposta final, contendo os preços unitários e totais, e ainda o preço global da proposta, em algarismos e por extenso** (*preços corrigidos de acordo com os eventuais lances ocorridos durante a sessão, cuja resultante deverá ser o preço para o valor unitário apresentado, com no máximo **DUAS casas depois da vírgula, sem necessidade de arredondamento**, com o detalhamento de todos os custos, diretos e indiretos, especificando encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, mão-de-obra, materiais, despesas diversas, lucro, enfim, todos os componentes de custo dos serviços necessários a adequada prestação do objeto de que trata este procedimento licitatório*).

Obs.: Fica entendido que o preço global da proposta é o somatório dos preços totais de cada item.

d) **A forma de pagamento, a validade da proposta, o prazo de execução dos serviços e/ou a entrega de materiais, o prazo de garantia, etc.**, nos termos preconizados no **Anexo I** deste Edital.

Obs.: Na hipótese de omissão na proposta de quaisquer das informações elencadas no item 37 – alínea “d”, ficarão subentendidos os respectivos prazos definidos no Anexo I deste Edital.

38) A mera apresentação da proposta NO SISTEMA ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL – LICITAÇÕES-E (www.licitacoes-e.com.br) pelo interessado implicará na manifestação da sua **concordância em assumir inteira responsabilidade pela adequada e fiel execução do compromisso assumido**, dentro dos prazos estabelecidos e nos termos do presente Edital.

38.1) Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do **licitante**, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

38.2) Não serão aceitas propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

39) A proposta deverá seguir o modelo constante do ANEXO III - E deste Edital e a declaração de atendimento aos requisitos de formulação de proposta.

MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

40) As licitantes enquadradas nos regimes “Microempresa - ME” e “Empresas de Pequeno Porte - EPP” terão tratamento diferenciado e favorecido neste Pregão Eletrônico, conforme artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06 e Decreto Municipal 56.475/15;

41) Serão consideradas, para os efeitos deste Pregão, “Microempresas” e “Empresas de Pequeno Porte” aquelas sociedades empresárias, sociedades simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e empresários enquadrados nos termos do Art. 3º da Lei Complementar 123/06.

42) Para a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte, as licitantes deverão declarar tal condição, mediante os meios disponibilizados pelo Sistema. A não indicação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no campo apropriado da proposta eletrônica, acarretará sua desclassificação.

43) A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas na legislação pertinente e, em especial, o disposto no item 57.2 e 57.3 deste edital, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

44) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal** das empresas enquadradas como ME ou EPP, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, a critério do Pregoeiro.

44.1) A não-regularização da documentação, nos termos do item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

44.1.1) As sanções cabíveis são as estabelecidas para as hipóteses de descumprimento total das obrigações assumidas, nas Leis federais 8.666/93 e 10.520/02 e neste edital (itens 57.2 e 57.3).

COOPERATIVAS

45) Se a licitante for cooperativa de trabalho, para fins de aferição do preço ofertado, ao valor total proposto será acrescido o percentual de 15% (quinze por cento) a título de contribuição previdenciária que nos termos do artigo 22, inciso IV, da Lei Federal nº 8.212, de 24 de junho de 1991, com a redação introduzida pela Lei Federal nº 9.876/99, c/c artigo 15, I, da Lei Federal nº 8.212/91, constitui obrigação da Administração Contratante; **O valor a ser ofertado nos lances, pela empresa, se Cooperativa, deverá contemplar o valor dos serviços acrescido do referido percentual.**

45.1) As sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do “caput” do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, exceto quando vedada a sua participação em licitações e contratações, nos termos do § 1º do artigo 1º da Lei Municipal 15.944/13, poderão fazer jus aos benefícios concedidos pelo Decreto Municipal 56.475/15.

46) Em se tratando de Cooperativas, os licitantes deverão atender, quando da formulação da proposta de preços, os termos da Orientação Normativa nº 01/2002/PREF.G apresentando a planilha de preços como segue:

A proposta impressa deverá ser acompanhada de planilha de composição de custos, nos termos da Orientação Normativa 1/02 – PREF.G, publicada no DOM de 06/02/02, contendo:

- O valor exato referente ao custo com mão-de-obra;
- A discriminação dos materiais a serem fornecidos e os equipamentos a serem utilizados na prestação do serviço, com seus respectivos valores, a serem excluídos da base de cálculo da contribuição, em conformidade com a legislação federal pertinente (Dec. Federal 3.048/99, Instrução Normativa 971 de 13/11/09 e demais disposições aplicáveis à espécie).
- A fixação da base de cálculo da contribuição social respeitará sempre o percentual mínimo fixado pelo INSS.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

- 47) O presente edital obedece integralmente o acordado no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público do Trabalho e a São Paulo Turismo S/A, homologado pelo MM. Juiz da 29ª Vara do Trabalho de São Paulo, nos autos da Ação Civil Pública, Processo nº 2649/2002 e do Decreto Municipal nº 52.091/11, art 1º § 2º, I.
- 48) Os serviços devem ser prestados com absoluta autonomia dos cooperados em relação ao tomador de serviços.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

49) A disputa de lances no Sistema dar-se-á pelo **PREÇO GLOBAL**. No julgamento das propostas, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações técnicas e condições definidas no Anexo I deste, bem como as exigidas no presente Edital.

RECURSOS

50) O licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo em até 24 (vinte e quatro) horas após a “Declaração do Vencedor” no Sistema, manifestando **obrigatoriamente sua intenção** de recurso com **registro da síntese** das suas razões, no **campo apropriado do Sistema (“acolhimento de recurso”)**. O Pregoeiro fará análise da **motivação** da intenção de recurso, procedendo então sua aceitabilidade ou cancelamento. O licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso e igual prazo terão as demais licitantes para a apresentação das contra-razões, contado do término do prazo da recorrente.

50.1) O encaminhamento do registro de intenção de recurso é possível somente por meio eletrônico (Sistema LICITAÇÕES-E).

50.2) É assegurada vistas imediatas dos autos a qualquer interessado, após o Pregoeiro “declarar o vencedor”, alterando o status da licitante arrematante para “Declarado Vencedor” no Sistema eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

51) A falta de manifestação imediata e **motivada** da intenção do recurso no Sistema (“Acolhimento de Recurso”), importará a decadência do direito de recurso.

52) Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

53) Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

54) As razões de recurso ou de contra-razões de que trata o item 50 deverão ser endereçados à Avenida Olavo Fontoura, 1209 – Portão 35 – Parque Anhembi – Santana, São Paulo – SP, A/C Comissão Permanente de Licitações.

55) Os recursos contra decisões do pregoeiro terão efeito suspensivo.

56) O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

57) O descumprimento das obrigações estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação vigente, sujeitará o licitante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

57.1) Advertência, que poderá ser aplicada ao licitante que, sem justo motivo, tumultuar ou causar transtornos ao andamento do procedimento licitatório, desde que a gravidade da sua conduta não recomende a aplicação de penalidade mais grave.

57.2) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa injustificada em assinar o Contrato.

57.2.1) O prazo máximo para assinatura do contrato, contado da data de convocação da São Paulo Turismo S.A., é de 02 (dois) dias úteis.

57.2.2) Incide na mesma pena o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da proposta, deixar de entregar a documentação exigida no certame, dar causa ao retardamento na execução do objeto licitado

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

ou não manter a proposta ofertada, sem prejuízo da reparação dos eventuais danos causados à São Paulo Turismo S.A.;

- 57.3) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação, quando houver, em especial:
- 57.3.1) Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
 - 57.3.2) Constatação de fraude na comprovação da habilitação ou no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 57.3.3) Comportamento de modo inidôneo ou prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir o licitante idoneidade para contratar com a São Paulo Turismo S.A.
 - 57.3.4) Reincidência na prática das infrações sujeitas às penalidades de advertência ou de multa;
- 57.4) Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, em caso de reincidência na prática das condutas apenadas com a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, salvo se o ato praticado acarretar grandes prejuízos/danos à São Paulo Turismo S.A. ou à Municipalidade, caso em que a pena de declaração de inidoneidade será aplicada de imediato, observado o disposto no subitem 57.10.
- 57.5) A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
- 57.6) A aplicação de penalidade não exclui a possibilidade de inabilitação ou de rescisão administrativa do Contrato, garantidos o contraditório e a defesa prévia.
- 57.7) Eventuais penalidades pecuniárias, aplicadas à CONTRATADA após o devido procedimento, poderão ser ressarcidas por meio de compensação, descontando-se de pagamentos vincendos que a CONTRATADA tenha a

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

receber da CONTRATANTE, seja no âmbito do presente contrato ou de quaisquer outros que mantenha com a CONTRATANTE, ou poderão ser descontados da garantia prestada, nos termos da cláusula nona, se houver, ou, ainda, ser cobrado administrativa ou judicialmente.

- 57.8) O prazo da suspensão será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.
- 57.9) Será remetida à Secretaria Municipal de Gestão – Seção de Cadastro de Fornecedores, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no cadastro municipal de fornecedores.
- 57.10) A aplicação das penalidades será precedida da concessão dos prazos estabelecidos em lei para apresentação de defesa prévia e de recurso, a contar da intimação de cada um dos atos, oportunidade em que será aberta vista do processo aos licitantes e demais interessados.
- 57.11) Na hipótese do licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte apresentar proposta ou formulário, será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor total proposto.

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

58) Homologada a licitação pela autoridade competente, a São Paulo Turismo S.A. convocará regularmente a adjudicatária para assinar e retirar o respectivo Termo Contratual, ou o seu substitutivo, no prazo de até dois (02) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

59) Por força do disposto na Lei Municipal 14.094/05 e no Decreto Municipal 47.096/06, a São Paulo Turismo S.A. está impedida de contratar, e efetuar pagamentos às empresas inscritas no Cadastro Informativo Municipal - CADIN. Será verificada no site <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> se a empresa vencedora está inscrita no CADIN - Cadastro Informativo Municipal - da Prefeitura Municipal de São Paulo. O mesmo procedimento será efetuado pela Gerência de Contabilidade e Finanças a cada pagamento.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

60) Todas as condições contratuais estão dispostas no Anexo IV - Minuta do Contrato.

60.1) O objeto a ser contratado não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação.

61) No ato da assinatura do Termo Contratual, a licitante vencedora obriga-se a prestar uma garantia, com vigência por todo o período da contratação, relativa à 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

61.1) A modalidade de garantia contratual a ser prestada, dentre uma das admitidas no art. 56, §1º, da lei nº 8.666/93, deverá ser capaz de cumprir todos os fins previstos, ou seja, será utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato e/ou multas aplicadas à empresa contratada.

DISPOSIÇÕES FINAIS

62) No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o Sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes.

63) A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a São Paulo Turismo S.A. revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no Sistema para conhecimento dos licitantes da licitação.

64) O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

65) É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

66) Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/ inabilitação.

67) O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

68) As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

69) As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas através do Sistema Eletrônico de Compras, na página correspondente à licitação, e poderão ser estendidas aos licitantes por qualquer outro meio de comunicação ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

70) Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário, por despacho motivado, se, após ou durante a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

71) Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

São Paulo, 07 de junho de 2016.

Paulo Rogerio de Almeida
Pregoeiro
Comissão Permanente de Licitações

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de equipamentos com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”, conforme bases, condições e especificações deste Edital e seus anexos.

LOTE 1 (ÚNICO)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em equipamentos para eventos para locação com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”.

EVENTO

- 7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo.

DATA e LOCAL DO EVENTO

- 30 de junho a 04 de julho de 2016.
- Horário: das 08h00 as 19h00
- Local: Palácio das Convenções

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Deverá estar incluso locação de todos os componentes de montagem física de pisos, forração, divisórias, tetos, acabamentos, mobiliários, iluminação, comunicação visual, bem como instalações provisórias de infra-estrutura, acompanhamento da montagem, evento e desmontagem.
- Deverá também acompanhar a desmontagem completa destes componentes e recomposição do espaço do Palácio nas mesmas condições de seu recebimento.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

- Deverá estar incluso toda a mão de obra necessária, uniformizada e respectivos equipamentos de trabalho/proteção e ferramental necessários à execução do serviço de montagem e desmontagem.

EQUIPE

- A Contratada deverá, na montagem e desmontagem, manter equipe mínima composta por 01 Coordenador, 06 Montadores, 02 Eletricistas, 04 Carregadores e 02 Aplicadores para adesivagem.

Piso (76m²)

- Piso tipo carpete de forração de 1º. uso na cor grafite ou cinza escuro (escolha a cargo da contratante). Tem a função de proteger o piso do local em função das estruturas que serão montadas.
- A fixação deverá ser feita diretamente sobre o piso do local, com fita dupla face com alma em plástico (filme) de fácil remoção posterior ao evento.
- Na desmontagem da estrutura as fitas dupla face com alma em plástico (filme) deverão ser removidas totalmente do piso, inclusive sua cola.

Os materiais deverão ser novos, sem furos, rasgos ou bordas cortadas.

Montagem de área de credenciamento com 15 baias – aproximadamente 76 m²

- Chapas estruturais modulares na cor cerejeira, estruturadas com perfis de alumínio anodizado, com pé direito de 2,70 cm de altura, com porta e chave.
- Frente para atendimento dos participantes com 15 baias padrão e 1 mais baixa para atendimento de PNEs.
- Uma sala anexa ao credenciamento para equipe de automação. Porta externa com chave.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

- Instalação de 76 m2 de carpete forração de 1º. uso, na cor cinza grafite ou cinza escuro (escolha da contratante), aplicado diretamente no piso local, por meio de fita dupla face qualidade.
- A fixação deverá ser feita diretamente sobre o piso do local, com fita dupla face com alma em plástico (filme) de fácil remoção posterior ao evento.
- Instalação de carpete forração de 1º. uso, na cor cinza grafite ou cinza escuro (escolha da contratante), com as mesmas especificações acima, para frente da área do credenciamento.
- Forro tipo pergolado, estruturado com os devidos travamentos.
- Iluminação por meio de calhas de alumínio e lâmpadas fluorescentes diretamente sobre os balcões de atendimento.
- Instalação de 02 pontos de tomada na tensão disponível do local (127 ou 220V) na sala anexa.
- Instalação de 30 pontos de tomadas na voltagem da rede local (127 ou 220V) com capacidade de carga de até 500W x 220V para os micros, suficientes para ligar 15 computadores e 03 impressoras.
- Fechamento frontal em estrutura modulada de alumínio com placas de MDF com pintura na cor branca e o tampo em MDF na cor branca.
- Cada módulo com aproximadamente de 1,00 x 1,06 m X 2,70 m.
- Internamente na parte frontal, bancadas moduladas nas dimensões de 0,50m (profundidade) x 1,00m (largura) x 0,77 m (altura) para atendimento e instalação dos micros de credenciamento.
- Identificação por texto - CREDENCIAMENTO em vinil adesivo preto sobre fundo branco, medindo mínimo de 0,50 m e máximo de 1,00 m.
- As testeiras tipo spyder deverão ser logotipadas por baia através de adesivos.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

- Esses logos serão impressos em película adesiva conforme arquivo eletrônico que será encaminhado pela São Paulo Turismo logo após aprovação do projeto.
- Balcão ao fundo, revestido de lonita branca ou carpete, em dois níveis para acomodar o material que será entregue aos participantes.
- 15 Cadeiras para atendimento as bancadas e suporte. Cadeira não giratória, sem braço, em estrutura metálica, assento estofado na cor cinza ou preta (escolha de uma cor a critério da contratante).
- 01 mesa de escritório em fórmica branca ou cinza retangular para a sala anexa e 2 cadeiras com a especificação acima.
- Aplicação de adesivo do logo no evento na parede frontal (tipo spyder) do credenciamento. Medida aproximada de 3,5 X 2,50 m.
- Locação de 40 pedestais orientadores de fila, cromados com aproximadamente 0,96m (altura) x 2m (comprimento). Todos de mesmo modelo e sem logotipo.

AMBIENTAÇÃO:

Sala VIP e Sala de Relatoria no back stage

- Locação de mobiliário para composição de **duas salas**, conforme abaixo:
- 02 sofás de 03 lugares com revestimento em corino branco, medindo aproximadamente 1,80m (comprimento) x 0,68m (profundidade) x 0,78m (altura)



Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

- 02 sofás de dois lugares com revestimento em corino branco, medindo aproximadamente 1,30m (comprimento) x 0,65 m (profundidade).



- 02 mesas de canto cromada com tampo de vidro incolor de aproximadamente 0,38m (altura) x 0,50m (profundidade) x 0,50m (largura).



- 02 mesas redonda cromada com tampo de vidro com aproximadamente 0,90m (diâmetro) x 0,74m (altura).



- 06 cadeiras não giratórias, sem braço, em estrutura metálica cromada, assento estofado revestido de corino ou material similar na cor branca.



Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

- 4 Lixeiras em estrutura metálica cromada com aproximadamente 0,40m de altura.



- 02 tapetes orientais novos – medida aproximada de 3,00 X 3,00m.

Sala de Relatoria – camarins

- 01 armário baixos formicalizados de cor branca com aproximadamente 0,76m (altura) x 0,73m (largura) x 0,38m (profundidade);



- 02 mesas retangulares de escritório com aproximadamente 1,20 (L)x 0.66 (P) x 0,75 m (A)



Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

Totens para sinalização

- Locação de 10 Totens de sinalização, base cúbica em madeira em cor a ser definido e placa de MDF de aproximadamente 1m (um) X 2 m (h), encaixada para ser adesivada em ambos os lados.
- Impressão e adesivagem a cargo da contratada de 10 artes diferentes (arquivos em alta resolução – vetorizados) serão enviados oportunamente pela contratante.

CONDIÇÕES GERAIS

- a) A CONTRATADA deverá enviar fotos dos mobiliários para conhecimento da SPTURIS.
- b) A CONTRATADA deverá manter um coordenador de montagem durante toda a montagem, desmontagem e realização do evento, para atendimento de qualquer necessidade.
- c) A CONTRATADA deverá iniciar a montagem no dia 30 de junho a partir das 07h00. A estrutura do credenciamento deve estar pronta até às 15h00 do mesmo dia e as demais até as 19h00.
- d) A CONTRATADA deverá iniciar a desmontagem do a partir das 18h30 horas do dia 03 de julho de 2016 e terminar a desmontagem até às 05h00 horas da madrugada do dia 04 de julho.
- e) A CONTRATADA fica responsável por despesas com estacionamento gastos durante a montagem, desmontagem e realização do evento.
- f) Os materiais ou equipamentos não devem apresentar ferrugem, sujeira, poeira, oleosidade ou gordura, resíduos de colas, restos de adesivos, rasgos, furos, rachaduras, empenamentos, cortes, fios desencapados, peças quebradas ou molhadas ou soltas, amassados, manchas de qualquer espécie.
- g) Todas as maçanetas, fechaduras, trancas e chaves devem funcionar.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

- h) As dobradiças das portas devem estar lubrificadas para evitar rangidos. Toda a parte elétrica deve possuir disjuntor, interruptor (para iluminação) e isolação elétrica. Todas as tomadas devem atender a norma NBR 14.136:2002 da ABNT(novo padrão de tomadas brasileiro).
- i) Toda adesivagem deve ser realizada sem deixar bolhas e ressaltos na superfície e a arte deve ser impressa com resolução mínima de 720 DPI.
- j) Não será admitida a aplicação de fita dupla face com alma (filme) de papel devido a dificuldade de retirá-lo na desmontagem e pelo resíduo de cola adesiva que deixa na extração forçada.
- k) As peças modulares devem ser montadas sem folgas para não trepidarem.
- l) Será disponibilizada aos interessados, visita técnica facultativa ao local do evento que deverá ser previamente agendada na Gerência de Eventos da SÃO PAULO TURISMO S/A pelo telefone 2226-0635 com Magda.
- m) As fotos do mobiliário deverão ser enviadas via e-mail, em até 01 (um) dia após o recebimento da Autorização de Serviço.
- n) **Prazo de vigência do contrato:** O prazo de vigência contratual será até 04 de agosto de 2016.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Executar fielmente o ajustado, prestando os serviços descritos de acordo com o Caderno Técnico e a proposta apresentada na licitação, estipulados neste instrumento, em perfeitas condições de uso para o fim a que se destinam.
2. Prestar à São Paulo Turismo S.A., sempre que necessário, esclarecimentos sobre os serviços prestados, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização dos mesmos.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

3. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação, tais como impostos, taxas, contribuições previdenciárias, trabalhistas, de FGTS; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas na presente contratação.
5. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de alimentação, transporte, assistência médica e de pronto-socorro que forem devidas a sua equipe.
6. A CONTRATADA fornecerá toda a supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra qualificada necessárias à execução dos serviços contratados, bem como também, todos os materiais e equipamentos ofertados em sua proposta comercial.
7. A CONTRATADA facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização da CONTRATANTE, provendo o fácil acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente as observações, exigências, recomendações técnicas e administrativas por ela apresentadas.
8. A CONTRATADA providenciará a retirada imediata de qualquer trabalhador seu, cuja permanência seja considerada inconveniente para a adequada prestação dos serviços.
9. A CONTRATADA deverá também se responsabilizar por seguro contra incêndio, roubo, acidentes que porventura possam ocorrer com equipe, equipamentos e terceiros, isentando a São Paulo Turismo S.A. de qualquer indenização ou ressarcimento.
10. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato. Não exclui ou reduz essa responsabilidade à fiscalização efetuada pela Gerência de Eventos da CONTRATANTE.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

11. A CONTRATADA é responsável pela montagem, desmontagem e transporte de todos os itens contratados.
12. A CONTRATADA deverá retificar, imediatamente, quaisquer inconformidades na montagem dos itens contratados.
13. A CONTRATADA deverá conduzir a montagem de acordo com orientação do responsável da São Paulo Turismo no local.
14. A CONTRATADA deverá emitir ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)/RRT de toda a estrutura, inclusive no que diz respeito às instalações elétricas. A ART deverá ser assinada por profissional devidamente registrado no CREA/CAU, com competência para tal e ser entregue no dia anterior ao início da montagem.
15. A CONTRATADA indicará o responsável técnico e o preposto que o representará na prestação dos referidos serviços, para receber as instruções, bem como propiciar à equipe de fiscalização da CONTRATANTE, toda a assistência e facilidade necessárias ao bom e adequado cumprimento e desempenho de suas tarefas.
16. Manter seu pessoal uniformizado durante a execução do serviço, identificando-os através de crachás constando a função e data de admissão e número do PIS/PASEP, nos termos do art. 5º da IN MTE 03/97, com fotografia recente e provendo-os dos equipamentos de proteção individual - EPI's quando obrigatórios.
17. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus trabalhadores acidentados ou com mal súbito, comunicando os acidentes do trabalho ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de comunicação de acidentes do trabalho – CAT, imediatamente após a sua ocorrência.
18. Instruir seus trabalhadores quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como a prevenção de incêndio nas áreas dos eventos em que a CONTRATANTE estiver atuando.
19. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnicas e ambientalmente recomendadas, atividades essas da inteira responsabilidade da CONTRATADA que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

20. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução ou quaisquer responsabilidades pelos danos causados diretamente a SÃO PAULO TURISMO S.A. e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de execução do contrato.
21. Caso a Contratante venha a ser demandada por terceiros que se julguem prejudicados, bem como a Contratante venha a experimentar prejuízo patrimonial em decorrência dos serviços prestados pela contratada, esta deverá se responsabilizar pelos pagamentos, inclusive mediante retenção de valores pendentes de pagamento, caso existam contratos ainda vigentes ou ainda por outras medidas processuais cabíveis, caso a contratada já não preste serviços à Contratante.
22. Caso a Contratante tenha efetuado qualquer retenção nos pagamentos da Contratada, nos termos do item anterior, a Contratante devolverá à Contratada, se for o caso, o saldo entre o valor retido, sem adicionais de qualquer natureza, o total do valor da indenização, acrescido das respectivas custas com o processo.
23. A Contratada deverá cumprir com os requisitos da NR 5, em especial o item 5.6.4., mantendo durante a execução do contrato um responsável pelo cumprimento da NR acima citada, salvo se estiver obrigada a compor Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento do presente instrumento.
2. Fiscalizar a execução do ajuste.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

RECEBIMENTO DO OBJETO

1. O objeto do contrato somente será recebido após a locação e prestação do serviço, quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste e com o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e arts. 50 e 51 do Decreto Municipal 44.279/03.
2. Após a locação e prestação do serviço, a contratada comunicará por escrito ao funcionário responsável pela fiscalização do contrato, que atestará e lavrará termo de recebimento provisório, assinado pelas partes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contador da comunicação.
3. Funcionário ou comissão designada procederá à observação do serviço prestado no prazo de 10 (dez) dias úteis. Verificando-se vícios, defeitos ou incorreções, a contratada fica obrigada a repará-los. Estando adequada a execução do objeto aos termos contratuais, lavrar-se-á termo de recebimento definitivo, assinado pelas partes.
4. Os termos de recebimento provisório e definitivo não eximirão a contratada das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor.
5. A responsabilidade da contratada pela qualidade, correção e segurança dos serviços executados subsistirá na forma da lei, mesmo após seu recebimento definitivo.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Após o recebimento provisório, a Contratada emitirá nota fiscal ou fatura do serviço e, em 3 (três) dias úteis da sua emissão, entregará no Setor Protocolo Geral da contratante, situado na Avenida Olavo Fontoura, 1.209, portão 35, Município de São Paulo – SP. Na hipótese de nota fiscal eletrônica de outros Estados ou Municípios, seu encaminhamento por ser feito eletronicamente, no e-mail rpvicente@spturis.com, no prazo estipulado.
2. Juntamente com a nota fiscal ou fatura, a contratada deverá entregar certidões fiscais atualizadas a que se refere o item 1.2 do Anexo II deste edital.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

3. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega da nota fiscal ou da fatura do serviço. Recaindo o último dia do prazo em sábado, domingo ou feriado, o pagamento se fará no primeiro dia útil subsequente.
 4. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que forem cumpridas.
 5. Não será realizado o pagamento se em nome da contratada constarem pendências no “Cadastro Informativo Municipal – CADIN.”
-

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

ANEXO II – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de equipamentos com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”, conforme bases, condições e especificações deste Edital e seus anexos.

1 – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1) O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, nos termos do Edital, a seguinte documentação exigida como condição habilitatória:

1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 - No caso de firma individual: Prova de registro na Junta Comercial ou repartição Correspondente.

1.1.2 - No caso de Sociedade Mercantil: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

1.1.3 - No caso de Sociedade por Ações: Ato Constitutivo ou Estatuto Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado da ata da assembléia, devidamente registrada que elegeu a última diretoria.

1.1.4 - No Caso de Sociedade Simples: Inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

1.1.5 - No caso de Cooperativa: Atas das Assembléias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, devidamente arquivadas na Junta Comercial, e Ata de Eleição dos Administradores em exercício de mandato. Ata da sessão em que os cooperados autorizam a Cooperativa a contratar o objeto desta licitação. Listagem contendo o nome de todos os cooperados.

1.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1.2.1 - Prova de inscrição no **CNPJ**.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

1.2.2 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por intermédio de **Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Esta comprovação poderá ser feita ainda através da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, onde conste que a certidão abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991.

1.2.3 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por intermédio de **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF / FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal.

1.2.4 - **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.5 – Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por intermédio da **“Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo”**, expedida pela Procuradoria Geral do Estado (Coordenadoria da Dívida Ativa) ou Declaração de Isenção ou de Não Incidência (Anexo III-B), assinada pelo Representante Legal do Licitante sob as penas da Lei; a “Certidão de regularidade de ICMS/Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços”, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, será aceita somente na hipótese de impossibilidade de emissão da certidão negativa expedida pela PGE/SP no respectivo endereço eletrônico, conforme Resolução Conjunta SF/PGE nº 03 de 13/08/10.

1.2.5.1. Na hipótese da empresa licitante não estar cadastrada como contribuinte neste Estado de São Paulo, a mesma deverá apresentar a Prova de Regularidade (Certidão Negativa de Débitos) do Estado onde a empresa está sediada e uma “Declaração”, firmada pelo respectivo representante legal, sob as penas da lei, de que nada devem à Fazenda do Estado de São Paulo.

1.2.6 - Prova de regularidade para com a **Fazenda do Município de São Paulo**, relativa aos **TRIBUTOS MOBILIÁRIOS** da empresa licitante, seja matriz ou filial, esta Certidão deverá ser a do CNPJ cadastrado para esta licitação (*em caso da empresa estar sediada no município de São Paulo*);

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

1.2.7 - Na hipótese da empresa licitante não estar cadastrada como contribuinte neste Município de São Paulo, a mesma deverá apresentar “**Declaração**”, firmada pelo respectivo representante legal, sob as penas da lei, do não-cadastramento e de que nada devem à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos Tributos Mobiliários. Essa declaração deverá acompanhar a Prova de Regularidade (Certidão de Tributos Mobiliários) do município onde a empresa está sediada (*item 1.2.7*)

1.2.8 - **Declaração** para fins do disposto no Artigo 27, Inciso V, da Lei Federal nº 8666/93, conforme Anexo III deste Edital.

1.2.9. – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

1.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade, por intermédio de Atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado emitido em papel timbrado do atestante, constando o cargo e o nome legível do signatário, bem como os respectivos nºs de telefone de contato, para uma eventual consulta; comprovando-se que a licitante já tenha prestado, satisfatoriamente, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, ou seja, montagem de estande e/ou sala temporária do tipo modular em alumínio anodizado e placas de parede, ou do tipo placa de reboco, ou do tipo divisória.

1.3.1.1. A comprovação de aptidão de que trata o item antecedente poderá ser feita por intermédio de Atestado de Capacidade Técnica em nome e com o nº do CNPJ da matriz e/ou em nome e com o nº do CNPJ da filial da empresa licitante.

1.3.1.2. A fim de verificar a autenticidade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado em atendimento ao item 1.3.1 acima, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação dos respectivos contratos e/ou notas fiscais referentes ao documento apresentado. A apresentação deverá ser em até dois dias úteis após a solicitação.

1.3.2. Certidão de Registro de Pessoa Física do Profissional Engenheiro (modalidade Civil) ou Tecnólogo (modalidade Edificações) - Responsável Técnico da empresa licitante, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou arquiteto, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

1.3.3. Comprovação de relação jurídica dentro da validade entre responsável técnico que assinar a documentação e a licitante, deve ser feita com apresentação da carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviço ou contrato social, no caso de sócio ou diretor e ata de eleição de diretoria no caso de “ S/A”, ou ficha de registro de empregado.

1.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.4.1. Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

1.4.1.1 No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

1.4.1.2 No caso de certidão positiva, a proponente deverá juntar a certidão de objeto e pé, expedida pelo ofício competente esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

1.5 – QUALIFICAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1.5.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte e Cooperativa, conforme o art. 34 da Lei Federal 11488/07, a licitante deverá apresentar declaração, conforme Anexo III-A deste Edital, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que se enquadra nessa condição, nos termos e para os efeitos dos benefícios da Lei Complementar 123/06, e de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

Essa declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante , e deverá ser emitida na data desta licitação.

Não será aceita Declaração emitida com data anterior à da licitação, bem como Declaração emitida de forma genérica e/ou contendo ‘prazo de validade’, uma vez que a condição tanto para o enquadramento, quanto para a utilização dos benefícios previstos na LC-123/06 e na LC-147/14, deve estar efetivamente caracterizada na data da sessão pública da licitação.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

OBSERVAÇÕES

1. A documentação de que trata este Anexo deverá ser apresentada em **original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por Tabelião ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial (Diário Oficial) ou por membro da Comissão Permanente de Licitações (CPL)** da SÃO PAULO TURISMO S.A.. Após examinados pelo Pregoeiro, os referidos documentos serão anexados aos autos do Processo de Compras. O horário de atendimento da CPL para autenticação de documentos é das 09:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:30h. Não será feita autenticação de documentos fora do horário estabelecido. Os documentos autenticados serão devolvidos ao interessado, que deverá protocolar todos os documentos e proposta, no Setor de Protocolo da SPTURIS.
2. Quando se tratarem de Documentos / Certidões obtidas e expedidas pela *Internet*, a Comissão de Licitações promoverá a devida verificação da autenticidade e da validade das mesmas junto aos endereços eletrônicos pertinentes, como condição "*sine qua non*" para a devida habilitação da licitante no certame.
3. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, **serão considerados válidos os emitidos até 90 (noventa) dias corridos**, antes da data de abertura desta licitação, excetuando-se os Atestados de Capacidade Técnica, cuja validade é indeterminada.
4. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome e com o CNPJ da empresa **licitante**.
 - 4.1) Quando a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - 4.2) Quando a empresa licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza e comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.
5. Os documentos comprobatórios, se forem apresentados na forma de **protocolo** e/ou se tiverem com os respectivos **prazos de validade vencidos**, não serão aceitos e acarretarão a desclassificação da licitante.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

6. Por força do disposto na Lei Municipal nº 14.094/05 e no Decreto Municipal nº 47.096/06, a São Paulo Turismo S.A. (SPTuris) está impedida de contratar e efetuar pagamentos às empresas inscritas no Cadastro Informativo Municipal - CADIN. Será verificada no site <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> se a empresa vencedora está inscrita no CADIN - Cadastro Informativo Municipal da Prefeitura Municipal de São Paulo. O mesmo procedimento será efetuado pela Gerência de Contabilidade e Finanças da SPTuris a cada pagamento.
7. Serão aceitas como prova de regularidade fiscal, certidões positivas com efeitos de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8. Todas as certidões deverão estar válidas na data da Sessão Pública desta licitação. Esse aviso é válido para todos os licitantes, inclusive os que eventualmente forem convocados após a data da disputa. Nesse caso, deverá ser enviado documento com data válida no dia da licitação, e se vencido, enviar o documento atualizado junto.

9. O^(a) pregoeiro^(a) poderá - a qualquer momento e sempre que julgar necessário - consultar os Setores Técnicos da SÃO PAULO TURISMO S.A., no intuito de dirimir dúvidas e obter subsídios quanto à adequada aferição dos documentos de habilitação e das propostas comerciais ofertadas.
10. **As DECLARAÇÕES deverão ser emitidas pela licitante, digitadas em papel timbrado, contendo a razão social, endereço completo, telefone e email.**

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou
razão social da empresa licitante)

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de equipamentos com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”, conforme bases, condições e especificações deste Edital e seus anexos.

MODELO DE DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação do Pregão)

.....(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ n.º
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º
..... e do CPF n.º DECLARA, para fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor
de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (.).

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

ANEXO III-A - MODELO DE DECLARAÇÃO

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de equipamentos com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”, conforme bases, condições e especificações deste Edital e seus anexos.

MODELO DE DECLARAÇÃO ME / EPP/COOPERATIVA

DECLARAÇÃO DE ME/EPP/COOPERATIVA

Eu _____, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. _____ e do CPF nº. _____, representando neste ato a empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, Inscrição Estadual sob o nº. _____, com sede _____, declaro para todos os fins de direito e sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro – CPB e das Sanções Administrativas previstas na Legislação pertinente, que a empresa supracitada se enquadra na condição de ME/EPP ou COOPERATIVA conforme art. 34 da Lei Federal 11.488/07, nos termos e para todos os efeitos dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 e de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa condição.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

ANEXO III – B - MODELO DE DECLARAÇÃO REF. AO ITEM 1.2.5 DO ANEXO II

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de equipamentos com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”, conforme bases, condições e especificações deste Edital e seus anexos.

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação do Pregão)

.....(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ n.º
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º
..... e do CPF n.º DECLARA, que não está
sujeita ao recolhimento de ICMS, e, portanto, não há emissão em seu nome de certidão
de regularidade do referido tributo, expedida pela **Procuradoria Geral ou Secretaria da
Fazenda Estadual.**

.....
(data)

.....
(representante legal)

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

ANEXO III – C - MODELO DE DECLARAÇÃO REF. AO ITEM 1.2.7 DO ANEXO II

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de equipamentos com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”, conforme bases, condições e especificações deste Edital e seus anexos.

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação do Pregão)

.....(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ n.º
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º
..... e do CPF n.º DECLARA, para fins do
disposto no item 1.2.7 do Anexo II do Edital, que não está cadastrada na Prefeitura de
São Paulo e portanto nada deve ao município de São Paulo relativamente aos Tributos
Mobiliários.

Esta declaração acompanha cópia autenticada ou via original da Certidão de Tributos
Mobiliários (ou outra denominação, a depender de cada órgão municipal) desta empresa.

.....
(data)

.....
(representante legal)

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

ANEXO III – D - MODELO DE DECLARAÇÃO REF. AO ITEM 1.2.5.1 DO ANEXO II

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de equipamentos com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”, conforme bases, condições e especificações deste Edital e seus anexos.

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação do Pregão)

.....(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ n.º
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º
..... e do CPF n.º DECLARA, para fins do
disposto no item 1.2.5.1 do Anexo II do Edital, que não está cadastrada como contribuinte
no Estado de São Paulo e portanto nada deve à Fazenda do Estado de São Paulo.

Esta declaração **acompanha cópia autenticada ou via original da Certidão de Tributos Estaduais** referente a regularidade de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços desta empresa, **ou ainda acompanha a Declaração modelo Anexo III-B.**

.....
(data)

.....
(representante legal)

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

ANEXO III – E - MODELO DE PROPOSTA

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de equipamentos com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”, conforme bases, condições e especificações deste Edital e seus anexos.

PROPOSTA

Nome da empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Insc. Estadual:

E-mail:

Planilha a ser preenchida

Item	Quant	Unidade	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / SERVIÇO	VLR Unit	(R\$)	VLR Total (R\$)
1	1	Unidade	Adesivo logo			
2	1	Unidade	Adesivo Esteira			
3	1	Unidade	Armarios			
4	6	Unidade	Cadeiras não giratorias			
5	17	Unidade	Cadeiras estofadas			
6	1	Unidade	Eletrica			
7	76	M²	Forração Primeiro Uso cor cinza Grafite			
8	4	Unidade	Lixeiras			
9	1	Unidade	Iluminação Lampadas Fluorescentes			
10	3	Unidade	Mesa retangular de escritorio			
11	2	Unidade	Mesa Canto			
12	2	Unidade	Mesa redonda cromada			
13	76	m²	Paineis Estruturas em aluminio Anodizado com pé direito de 2,70m			
14	40	Unidade	Pilotis			
15	2	Unidade	Sofas 02 lugares			
16	2	Unidade	Sofas 03 Lugares			
17	32	Unidade	Pontos Eletricos (tomadas 127v ou 220v)			
18	2	Unidade	Tapetes orientais			
19	10	Unidade	Totem Adesivado			
TOTAL (R\$)				R\$		-

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

Prazo de entrega: CONFORME EDITAL
Condição de Pagamento: CONFORME EDITAL
Prazo de validade da proposta: CONFORME EDITAL

Esta proposta está inteiramente vinculada às exigências do Edital do Pregão Eletrônico 055/16 e seus anexos.

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA JUNTO COM A PROPOSTA

Ref.: (identificação do Pregão)

.....(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º **DECLARA SOB AS PENAS DA LEI:**

- 1) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 2) Que não foi declarada inidônea e não está impedida ou suspensa de participar de licitações dentro da esfera do Município de São Paulo.
- 3) Declara ainda sob as penas da lei, em especial o art, 299 do Código Penal Brasileiro que:
 - (a) a proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente pela(razão social) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
 - (b) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;
 - (c) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
 - (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da SÃO PAULO TURISMO antes da abertura oficial das propostas; e
 - (e) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
 - (f) Declaramos que estamos cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que **cumprimos plenamente os requisitos de habilitação** referente ao presente Pregão Eletrônico.

Data e assinatura do representante legal

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

ANEXO IV - MINUTA DE SUBSTITUTIVO CONTRATUAL (AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO)

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de equipamentos com prestação de serviço de montagem e desmontagem de estruturas modulares e ambientação, para atendimento ao evento “7ª. Conferência Municipal da Cidade de São Paulo”, conforme bases, condições e especificações deste Edital e seus anexos.

CONDIÇÕES DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO

CLÁUSULA PRIMEIRA: CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PRAZOS

- 1.1- Os serviços serão executados e os materiais e equipamentos entregues (se fizer parte do objeto desta contratação) de acordo com as especificações, cláusulas e condições estipuladas neste instrumento, na proposta comercial e no Edital e em seus anexos (quando houver).
- 1.2- Os serviços deverão ser iniciados e concluídos, bem como os equipamentos e materiais entregues, impreterivelmente, nas datas previstas nesta “Autorização de Serviço”.
- 1.3- As medições serão efetuadas de acordo com os padrões da Contratante, que a Contratada declara conhecer e obriga-se a cumprir.
- 1.4- Salvo se expressamente disposto em contrário, os preços aqui estipulados são fixos e irredutíveis, estando neles compreendidos:
 - a) a remuneração de todos os equipamentos, máquinas e ferramentas da Contratada necessários à execução do objeto desta “Autorização de Serviço”;
 - b) todas as despesas e encargos decorrentes das leis trabalhistas, previdenciárias, contribuições sociais, transportes, alimentação e alojamento de empregados; e
 - c) todas as demais despesas diretas e indiretas.
- 1.5- No caso de ocorrerem motivos de força maior, definidos no parágrafo único do Art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro, poderá ser concedida a dilação no prazo de execução, por tantos dias quanto durarem os eventos mencionados, desde que, comprovadamente, influam nos prazos da execução.
- 1.6- Não constituirão motivo para prorrogação do prazo de execução dos serviços, os atrasos de entrega de materiais, por parte dos eventuais fornecedores da Contratada, que assume, assim, responsabilidade exclusiva pela observância do prazo fixado.
- 1.7- Esta “Autorização de Serviço” entrará em vigor a partir da data de sua emissão.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

- 2.1- A qualquer tempo, e independentemente de qualquer formalidade, a Contratante poderá verificar, no local, a execução dos serviços, através de pessoa devidamente credenciada, assegurando-lhe a Contratada amplo acesso a todas as informações relativas ao cumprimento desta “Autorização de Serviço”.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

2.2- A fiscalização exercida pela Contratante não elimina, em hipótese alguma, a responsabilidade da Contratada pela perfeição técnica dos serviços executados, bem como pelos materiais empregados em sua execução.

2.3- Todo material destinado à execução dos serviços, se considerado inadequado e rejeitado pela fiscalização, deverá ser substituído, refazendo-se, sob exclusiva responsabilidade da Contratada e sem qualquer ônus para a Contratante.

2.4- Os responsáveis pela fiscalização verificarão se o serviço executado pela Contratada confere com a descrição constante da proposta comercial, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicarão o fato à autoridade superior, no prazo máximo de cinco dias, para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1- realizar os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas neste termo;

3.2- fornecer à Contratada documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados à presente "AS";

3.3- exercer a fiscalização do contrato, na forma da cláusula segunda;

3.4- receber provisória e/ou definitivamente o objeto desta "AS" nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1- conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita observância do instrumento convocatório e anexos (se houver), da Proposta de Preços e da legislação vigente;

4.2- prestar os serviços, nas datas, horários e locais informados pela Contratante;

4.3- prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

4.4- manter, durante toda a duração desta "AS", em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

4.5- prestar, sem quaisquer ônus para a Contratante, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

4.6- responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

4.7- iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

4.8- manter no local do serviço um responsável para prover o que disser respeito à execução dos serviços;

4.9- atender todos os ditames da legislação **trabalhista, previdenciária e fiscal cabíveis**.

CLÁUSULA QUINTA: RECEBIMENTO – ENSAIOS – INSPEÇÕES E TESTES

5.1- Prestados definitivamente os serviços constantes desta "AS", o que ocorrerá sempre após os testes e ensaios, a Contratante expedirá um atestado de execução e liberação para pagamento (AELP). Este "AELP" autorizará o pagamento de respectiva fatura, obedecidos os prazos e as condições de pagamento ajustados.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

5.2- Os ensaios, testes e inspeções, que se fizerem necessários ou que sejam normais para o tipo de serviço, deverão ser realizados e serão motivo de relatório de medição que ateste o seu resultado, a fim de que possam ser liberadas as parcelas do pagamento correspondentes, correndo por conta da Contratada as respectivas despesas, salvo disposição expressa em contrário nesta “AS”.

5.3- As despesas de material e pessoal para realização de novos ensaios e inspeções, que sejam necessários em decorrência de fato imputável ao fornecedor, não serão de responsabilidade da Contratante. Se qualquer serviço for rejeitado, todos os ônus e despesas decorrentes ocorrerão por conta da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA

6.1- Dentro dos prazos previstos, a Contratada garantirá a qualidade dos serviços prestados, devendo repará-los, sem nenhum ônus para a Contratante, caso apresentem qualquer defeito, ou ainda no caso de não estarem de acordo com as especificações técnicas respectivas, sob pena de aplicação das penalidades descritas na cláusula oitava.

6.2- Ocorrendo qualquer falha, o período de garantia será suspenso, até que a mesma seja sanada. No caso de substituição ou reparação substancial, iniciar-se-á um novo período de garantia.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1-A Contratante pagará à Contratada o valor constante nesta “AS” nas condições e prazos nela estabelecidos.

7.2-A Contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento ao Protocolo Geral, localizado na Sede Administrativa da São Paulo Turismo S.A., situada na Avenida Olavo Fontoura, n.º 1.209, acompanhada das certidões negativas atualizadas do INSS, FGTS, Tributos Mobiliários, Tributos Estaduais (quando for o caso) e Tributos Federais.

7.3-As notas fiscais e as faturas serão extraídas com referência a somente uma “AS”, devendo constar obrigatoriamente nestes documentos o número da “AS”, os números dos itens da “AS” de que tratam as respectivas faturas e os serviços prestados.

7.4- Todos os documentos a serem emitidos pela Contratada deverão se reportar à sede ou à filial que participou do processo de contratação, cujos dados encontram-se registrados na presente “AS”.

7.5- Por força do disposto na Lei Municipal 14.094/05 e no Decreto Municipal 47.096/06, a São Paulo Turismo está impedida de efetuar pagamentos às empresas inscritas no Cadastro Informativo Municipal - CADIN. A verificação da inscrição será feita no site <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin>.

CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

8.1-Quando da convocação, via fax ou e-mail, para retirada da respectiva “AS”, se a empresa que tiver se comprometido não o fizer, no prazo máximo de dois (02) dias úteis, a contar da data da convocação, será penalizada na forma da legislação em vigor e acarretará na aplicação de multa equivalente a dez por cento (10%) do valor total deste termo.

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

8.2-A Contratada estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa.

8.3-O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Contratada à multa de mora de um por cento (01%) por dia que exceder o prazo estipulado ou do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Contratante e/ou da aplicação das demais sanções administrativas, a incidir sobre o valor da AS.

8.4-Em caso de inexecução parcial do compromisso assumido com a Contratante, a Contratada ficará sujeita à incidência de multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor total contratado ou sobre o valor referente à fração do objeto do contrato não executado na forma solicitada, a critério exclusivo da Contratante, aplicada na ocorrência de uma primeira infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro da porcentagem anteriormente aplicada, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento).

8.5-A inexecução total do compromisso ensejará na rescisão unilateral e será aplicada multa no importe de vinte por cento (20%) sobre o valor total contratado podendo também ser aplicada a suspensão por tempo determinado de participar de licitações e de contratar com a São Paulo Turismo S/A e com a Administração Pública Municipal, com base nos Artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, com as conseqüências previstas no art. 87 da mesma lei.

8.6-Eventuais débitos ou penalidades, aplicadas à Contratada após o devido procedimento, poderão ser ressarcidos por meio de compensação, descontando-se de pagamentos vincendos que a Contratada tenha a receber da Contratante, seja no âmbito do presente contrato ou de quaisquer outros que mantenha com a Contratante, ou poderão ser descontados da garantia prestada, se houver, ou ainda ser cobrados judicialmente.

8.7-As penalidades serão aplicadas sem prejuízos das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA NONA: DA RESPONSABILIDADE

9.1-A Contratada é responsável por danos causados por si e por seus empregados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

9.2-A Contratada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a Contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA: ALTERAÇÃO, EXTINÇÃO UNILATERAL, SUSPENSÃO E RESCISÃO DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO

10.1- A presente "AS" poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstâncias supervenientes, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, através de Termo de Aditamento.

10.2- Constitui cláusula essencial da presente "AS", de observância obrigatória, a impossibilidade da Contratada suspender a prestação de serviços em virtude de inadimplência

Processo nº	Folha nº
0332/16	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

no pagamento pela Contratante, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços.

10.3- A ocorrência das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, inclusive o não cumprimento das obrigações assumidas na presente “AS”, autorizam, desde já, a Contratante rescindir, unilateralmente, o contrato independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

10.4- A presente “AS” poderá ser rescindida por ato unilateral da Contratante, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, sem que caiba à Contratada direito a indenizações de qualquer espécie com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do artigo 77 da Lei n.º 8.666/93, bem como pelos motivos relacionados nos artigos 78 e 79 do mesmo diploma legal.

10.5- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo de compras, assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

11.1- A presente “AS” não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da Contratante, sob pena de imediata rescisão.

11.2- Se permitida a cessão ou transferência pela Contratante, o cessionário será integralmente responsável por todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

11.3- Se permitida a subcontratação pela Contratante, ficarão solidariamente responsáveis o contratado e o subcontratado por todos os direitos e obrigações que do contrato advierem e deverão atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FORO DE ELEIÇÃO

12.1- Para dirimir dúvidas ou questões resultantes desta “AS”, as partes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Comarca da Capital, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA ACEITAÇÃO EXPRESSA

A Contratada, por seu representante legal, aceita todas as cláusulas e condições nesta Autorização de Serviço e se compromete a cumprir todas as obrigações aqui assumidas.

.....

Processo nº	Folha nº
0332/16	

53 de 54

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 16 PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/16

MODELO DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO QUE SERÁ PREENCHIDA PELA SPTURIS

		AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO nº 0 0/1/1900			
CONTRATANTE					
Empresa: SÃO PAULO TURISMO S/A		Endereço: Avenida Olavo Fontoura, 1.209 - Parque Anhembi - Santana			
CNPJ: 62.002.886/0001-60	Inscr. Est.: 104.969.196.117	Cidade: São Paulo	Estado: SP CEP: 02012-021		
Fone / Fax / E-Mail: #N/D		Responsável / Cargo: Domério Nassar de Oliveira / Diretor			
CONTRATADA					
Empresa: -		Endereço: 0			
CNPJ: 00.000.000/0000-00	Inscr. Est.: 000.000.000.000	Cidade: 0	Estado: 0 CEP: 00000-000		
C.C.M.: -		Responsável / Cargo: 0			
Fone / Fax: -		E-mail: 0			
CONDIÇÕES					
Modalidade: 0/1/1900		Processo de Compra: 0			
Condição de Pagamento: 0/1/1900	Vigência: 00/01/1900 a 00/01/1900	Data de Proposta: 0/1/1900			
SCS: 0	Área Requisitante: 0/1/1900	Centro de Custo / Código Orçamentário: 0			
Local de Entrega: 0		Horário de Entrega: 0			
OBJETO					
Item	Quant.	Unid.	Descrição	Unit. R\$	Total R\$
Página 1					
Valor Total em Reais:					R\$ 0,00
AUTORIZAÇÕES					
Domério Nassar de Oliveira Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores			Edson Antônio Saura Gerente de Compras e Contratos		
Deverá constar expressamente na N.F. o número desta Autorização de Serviço AS n.º 0					
Recebemos o email da AS e estamos de acordo com a contratação.					
Assinatura: _____			Carimbo: _____		
Nome (legível): _____			Data: _____		

